

Intervenção de Manuela Mendonça, delegada da FENPROF, em apoio à proposta de resolução “Resolution on the Financial and Economic Crisis”.

A FENPROF saúda e apoia esta resolução sobre a crise económica e financeira, também porque a nossa experiência prova claramente que esta austeridade não é solução. Para além de não resolver qualquer problema económico, é um desastre social.

Em Portugal, um ano depois da troika, e apesar de todos os sacrifícios que nos foram impostos, o PIB continua a descer, o défice muito maior do que o previsto, e a dívida pública a aumentar – desde a chegada da troika a dívida aumentou 26,6 mil milhões de euros. Ao mesmo tempo, a taxa oficial de desemprego atingiu já 16% da população ativa (36% entre os jovens), e os cortes nos salários, pensões e benefícios sociais estão a ampliar ainda mais o fosso social: atualmente, mais de 20% da população vive abaixo do limiar da pobreza e há milhares de crianças que só já comem na escola.

Os fortes cortes orçamentais estão a deteriorar a qualidade da educação pública e seu impacto é sentido a vários níveis: redução drástica dos orçamentos das escolas e das universidades; estreitamento do currículo (menos horas para artes e tecnologias, atividades práticas e laboratoriais, formação cívica, etc.); encerramento e fusão de escolas; fim de projetos de combate ao abandono e insucesso escolares; aumento do número de alunos por turma; aumento da carga letiva dos professores; menos apoio para os alunos com necessidades educativas especiais; cortes na ação social escolar, o que tem levado cada vez mais estudantes a abandonar os estudos; redução drástica do número de professores – oficialmente o desemprego entre os docentes aumentou entre 2009 e 2011 225%. Este ano, mais de 40.000 professores estão desempregados.

Caros colegas, a austeridade não é uma necessidade económica ou técnica. É uma opção política. Hoje, em Portugal, na Grécia, em Espanha e em muitos outros países, é cada vez mais claro que, sob a pressão de influentes grupos económicos e financeiros, a crise está a ser usada pelos governos para levar a cabo profundas reformas neoliberais que visam reduzir o papel do Estado, diminuir os direitos dos trabalhadores, transformar direitos (como o direito à educação) em negócios, através de privatizações, enfraquecer o Estado Social... - uma agenda que tem vindo a ser implementada desde a década de 80, mas que está agora a ser acelerada, para alegadamente responder à crise.

Como professores e sindicalistas, não podemos aceitar a inevitabilidade destas reformas. Não podemos aceitar uma tal regressão nos direitos sociais e laborais, direitos arduamente conquistados e que herdámos de gerações e gerações de ativistas sindicais e sociais.

É por isso que uma ação sindical forte e coordenada, tanto a nível nacional como internacional, é tão importante. O Dia Europeu de Ação e de Solidariedade de 14 de Novembro foi um passo em frente, mas temos de ser mais eficazes em colocar pressão sobre os nossos governos e as instituições europeias, com propostas e exigências comuns, nomeadamente quanto à regulação dos mercados financeiros e à revisão das políticas fiscais.

Só conseguiremos derrotar um ataque global com uma resposta global. Agindo em conjunto, unindo forças, construindo alianças com outros atores e movimentos sociais. Resistir a este ataque e construir uma Europa mais democrática e social é difícil, mas com esforço coletivo e decisivo é possível. Tornemo-lo possível, caros colegas. Juntos!

Budapeste, 27 de Novembro de 2012